
Ânima Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ânima Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ânima Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ânima Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

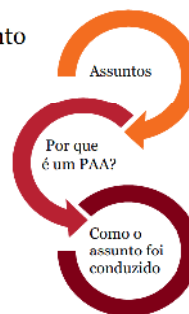
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ânima Holding S.A. e da Ânima Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Ânima Holding S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior. Vale destacar ainda que a Companhia e suas controladas procederam à adoção do novo pronunciamento contábil CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*), cujos impactos estão divulgados na nota explicativa 4, o que requereu atenção especial em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota explicativa 7)

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 139.724 mil (consolidado), representa 40% do saldo de contas a receber nessa data.

A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância do valor das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2019 e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que tem como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (*aging list*).

Realizamos testes, em bases amostrais, para conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como recalculamos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social.

Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perdas esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.



Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível de vida útil indefinida (Nota explicativa 13)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis decorrem substancialmente, de combinações de negócios realizadas em anos anteriores e totalizam R\$ 747.783 mil (consolidado), sendo R\$ 472.167 mil registrados como ágio, R\$ 159.227 mil referentes a marcas e patentes e R\$ 116.389 mil referentes a licenças.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos foi considerada um dos principais assuntos de auditoria por envolver o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados e fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Avaliamos a definição pela administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento de alunos, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto. Também efetuamos a leitura das divulgações nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 19)

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em



Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA

de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para selecionadas causas mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas, sobretudo as de natureza tributária.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

Contratos de arrendamento (Nota explicativa 4)

Na condução de seus negócios, a Companhia emprega ativos de terceiros cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento que, segundo o novo pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*), resultaram no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso do ativo.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nos montantes de R\$ 555.233 mil e R\$ 531.538 mil, respectivamente, os quais envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos).

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) a avaliação dos procedimentos e critérios adotados pela administração no levantamento dos contratos de arrendamento, visando segregá-los entre os que contêm elementos de arrendamento e os que correspondem a uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos que se encontram no escopo das isenções previstas no pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*).

Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, nossos procedimentos compreenderam: (i) avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos prazos contratuais, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) avaliação dos



Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) recálculo, em bases amostrais, de contratos selecionados, para verificar o valor do passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso reconhecidos; (iv) leitura e entendimento das divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na



Ânima Holding S.A.

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Ânima Holding S.A.

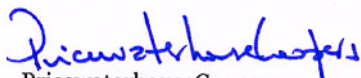
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

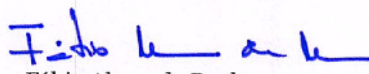
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁴

Belo Horizonte, 10 de março de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG 075204/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2018.

As demonstrações financeiras individuais são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Sobre a Ânima

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas do País, tanto em termos de receita, como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade.

Encerramos o ano de 2019 com uma base de 110,3 mil alunos, 10,0% a mais em relação ao ano anterior, essencialmente vindo dos alunos da graduação (+11,0 mil alunos e +11,8% versus 2018) onde colhemos frutos do projeto J2A (Jornada do Aluno Ânima) na melhora das taxas de retenção.

Contamos com 51 unidades em 7 Estados: Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Bahia e Sergipe sendo:

- O Centro Universitário Una, que conta com 7 unidades acadêmicas em Belo Horizonte, além de 10 unidades nas cidades de Betim, Contagem, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Divinópolis, Bom Despacho, Nova Serrana, Uberlândia, Itabira e Conselheiro Lafaiate, todas no estado de Minas Gerais e 3 unidades no Estado de Goiás, nas cidades de Jataí, Catalão e Itumbiara;
- Ainda em Belo Horizonte, o Centro Universitário UniBH centralizou suas atividades acadêmicas no campus Estoril;
- Já no estado de São Paulo, a Universidade São Judas Tadeu, com 7 unidades acadêmicas na Capital, 1 unidade em Santos (litoral do Estado), que é centro universitário campus Unimonte, 1 unidade na cidade de Guarulhos, 1 na cidade de São Bernardo do Campo e a Faculdade de Medicina na cidade de Cubatão (também no litoral do Estado);

- Em Santa Catarina, o Centro Universitário UniSociesc, em Joinville, com 2 unidades acadêmicas, e mais 7 unidades nos municípios de Itajaí, São Bento do Sul, Florianópolis (esta com 2 unidades – ilha e continente), Blumenau, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, além de um Centro Universitário em Curitiba (esta com 2 unidades), no Paraná;

Neste ano de 2019 realizamos três transações envolvendo novas marcas:

- Adquirimos a UNIAGES, Centro Universitário localizado na Bahia, que conta com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados, sendo 206 na Faculdade de Medicina de Jacobina (que conta com 85 vagas autorizadas anuais e início das atividades no segundo semestre de 2017), estando suas instituições distribuídas em 6 unidades, sendo um Centro Universitário (Paripiranga), 4 Faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim, Tucano e Jeremoabo) e uma Faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto). Adicionalmente, o grupo conta com uma nova unidade em fase final de credenciamento, a Faculdade de Medicina de Irecê/BA, prestes a ser autorizada com 50 vagas anuais;
- Adquirimos em novembro, tendo sido incorporado a partir de fevereiro de 2020, o UNICURITIBA, Centro Universitário localizado no estado do Paraná, com cerca de 5,2 mil alunos; e
- Firmamos contrato de co-gestão com opção de aquisição da Unisul. Iniciaremos nas próximas semanas o período de cogestão, que se estenderá até o exercício da opção, previsto para janeiro de 2021.

Estas aquisições refletem a estratégia da Companhia, alinhando o driver estratégico para medicina.

Nossa vertical de saúde segue sua trajetória de crescimento. Atualmente contamos com 3 cursos em funcionamento (UniBH, Jacobina e Cubatão) com 336 vagas anuais e 1 curso com 50 vagas anuais autorizadas em 09 de março de 2020 (Irecê). Com a parceria com a Unisul, são mais 287 vagas anuais em 2 cursos (Tubarão e Grande Florianópolis), além da perspectiva de 105 vagas anuais adicionais nos dois cursos conquistados no Programa Mais Médicos (Limeira 55 vagas e Tucuruí 50 vagas) e um potencial aumento de 100 vagas nesses mesmos cursos. No total podemos chegar a soma de 878 vagas anuais de Medicina.

Nosso portfólio inclui também a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Realizamos grandes eventos de gestão empresarial, com público que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Fundada há mais 35 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company e a plataforma digital do HSM Experience. Além disso, em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de

especialização à distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Finalmente, temos a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), uma nova marca da Ânima lançada no final de 2016 para oferecer ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão.

Mensagem da Administração

Falar sobre o ano de 2019, com tantas conquistas e realizações, é tarefa tão desafiadora quanto gratificante. Vivemos a inevitável reflexão que o encerramento de uma década nos traz, década essa tão intensa, de tantos acontecimentos e marcante na história da Ânima. Ao mesmo tempo, inauguramos a nova década com fôlego renovado, com uma oferta pública de ações com expressiva demanda, colocando a companhia em outro patamar de liquidez e com destinação de recursos bem definida, nos dando energia nova para seguirmos firmes, focados e fortalecidos em nosso propósito.

Experimentamos um momento de nítida evolução da Companhia em todas as suas dimensões: resultados consistentemente crescentes, com margem EBITDA avançando na direção programada e motivando a reativação da remuneração variável da gestão (programa P2A), crescimento da base de alunos, melhora da retenção, evolução do ecossistema Ânima de aprendizagem, transformação digital em contínuo desenvolvimento, base de dados cada vez mais estruturada, suportando nossas iniciativas e, em especial, fornecendo elementos para um processo decisório maduro e ágil. Tudo isso dentro de uma estrutura de governança coesa, estruturada e capaz de reduzir o delay entre a estratégia de longo prazo e a execução presente.

Nesse ano de 2019 entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens no balanço das empresas. Na Ânima, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, lembrando que todas as nossas unidades acadêmicas e administrativas, com exceção do Centro Universitário São Judas - campus Unimonte, são alugadas, sendo assim objeto da nova norma.

Importante ressaltar que se trata de uma mudança de classificação estritamente contábil, sem efeito sobre o caixa e, portanto, neutra em relação à gestão das nossas operações.

A nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica (no nosso caso, impacto positivo de R\$90,7 milhões no ano de 2019, sendo R\$23,9 milhões no 4T19). Já no Lucro Líquido o impacto negativo é de R\$33,5 milhões no acumulado do ano (R\$7,8 milhões no 4T19), uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo que, somadas, atingem neste ano R\$124,2 milhões (R\$31,6 milhões no 4T19).

É assim que encerramos 2019 reportando evolução de margem, com um EBITDA ajustado de R\$202,0 milhões (+19,0% vs. 2018 - excluindo o efeito do IFRS-16), e uma margem sobre a Receita Líquida de 1,6pp superior a de 2018.

Já na nossa base de alunos, apesar do cenário ainda bastante competitivo e desafiador, seguimos observando um crescimento consistente. Em 2019 chegamos a 110,3 mil alunos, 10,0% a mais em relação ao ano anterior, essencialmente vindo dos alunos da graduação.

Com relação às margens operacionais do Ensino, que temos reportado em três grandes blocos conforme seus respectivos estágios de maturação, seguimos observando evolução em todos os segmentos. Nas unidades da Expansão Orgânica, principal alavanca de crescimento da companhia, a receita líquida de 2019 mais do que dobrou em relação a 2018 e a margem cresceu 14,6pp. Nas unidades que denominamos de Aquisições (e que em 2019 passou a integrar também a AGES) reportamos crescimento da receita (+21%) e incremento das margens (+5pp). Já nas unidades do bloco Base, observamos um crescimento da margem operacional de 2pp, alcançada por ganhos de eficiência, uma vez que estão localizadas em geografias onde a concorrência segue bastante acirrada.

A publicação dos resultados completos dos indicadores de qualidade do Ministério da Educação confirmou, mais uma vez, a qualidade de nossa proposta acadêmica que vem evoluindo muito em seu formato, sem medo de inovar, no caminho necessário da melhor experiência para o aluno.

Em 2019, nossos investimentos totalizaram R\$115,8 milhões ou 9,8% sobre a Receita Líquida, uma redução de 0,6pp comparado aos 10,4% reportados em 2018. Esse nível de investimento segue impactado pelas unidades da expansão orgânica, através do amadurecimento das unidades abertas entre julho/2016 e janeiro/2019, que representaram 37% do Capex total do ano de 2019, ou R\$42,8 milhões. Excluindo esse efeito, nosso Capex normalizado seria de R\$73,0 milhões, ou 6,2% da Receita Líquida.

Também continuamos realizando investimentos relacionados ao desenvolvimento de nossa plataforma de sistemas e tecnologia aplicada à educação dentro do contexto do nosso processo de transformação digital.

Dessa forma, iniciamos o ano de 2020 com um saldo em caixa e aplicações financeiras no valor de R\$182,6 milhões e com um perfil de vencimento das demais dívidas diluído ao longo dos próximos 5 anos, não apresentando concentração significativa.

Com a captação anunciada de R\$1,1 bilhão na oferta pública restrita de ações que realizamos em janeiro de 2020, passaremos a ter uma posição de caixa significativamente superior ao nosso endividamento, nos levando a uma disponibilidade líquida positiva.

É dessa forma, com muitas perspectivas e preparados para os desafios que virão pela frente que encerramos 2019 e entramos na nova década mais robustos, com ferramentas e processos mais sofisticados, seguros de termos tomado as decisões corretas e de estarmos prontos para o futuro à nossa frente.

Com a equipe certa, propósito, coragem e recursos, vivemos um novo momento da mesma Ânima, a companhia que nasceu para fazer a diferença no Brasil. Com uma estrutura de governança fortalecida, associamos a construção do futuro à execução e crescemos de forma sustentável, visando perenizar a companhia. Seguimos na trajetória de maximizar de um lado a experiência de nossos alunos e ao mesmo tempo o valor para a comunidade de acionistas e

todos os nossos *stakeholders*. Assim, cumprimos nossa missão de *Transformar o País pela Educação!*

Desempenho Operacional

Base de alunos

Encerramos o ano de 2019 com uma base média consolidada de 110,3 mil alunos, o que representa um crescimento de 10,0% em relação ao ano anterior (+7,3% excluindo a AGES). Esse número é composto por 101,3 mil alunos na graduação, 4,6 mil alunos na pós-graduação, 0,7 mil alunos no EAD, 1,0 mil alunos no ensino básico e técnico, e 5,4 mil alunos na AGES, adquirida em agosto de 2019.

Financiamento Estudantil

Desde o início de 2015, quando as condições do FIES mudaram de forma drástica para o setor educacional como um todo, o Fies vem se tornando cada vez menos relevante para nós. Encerramos o ano com aproximadamente 12,1 mil alunos com FIES (11,8% da base). Excluindo a AGES, chegamos a 9,8 mil alunos ao final do período (9,5% da base).

Com a queda do financiamento público, reforçamos nossa estratégia para fomentar e desenvolver soluções privadas de financiamento estudantil. Além dos produtos tradicionais do PraValer, nos quais o risco de crédito sobre os recebíveis é 100% transferido para a Ideal Invest, temos também uma modalidade em que o aluno passa por todo o processo de credit scoring do PraValer tradicional, mas é aprovado discricionariamente em virtude do bom desempenho apresentado no ENEM, mantendo, portanto, o risco de crédito desses alunos em nosso balanço. Já em relação ao PraValer, nossa base de alunos de 2019 encerrou o ano com 8,3 mil alunos com financiamento privado, 8,0% da base de graduação, sendo 2,3 mil utilizando o risco de crédito do nosso balanço (2,3% da base).

Qualidade Acadêmica

Os mais recentes resultados publicados pelo INEP/MEC, referente ao ano de 2018, ratificam a elevada qualidade acadêmica de nossas instituições.

Ao olharmos a distribuição dos cursos nas três faixas em comparação com as demais IES no Brasil, vemos que enquanto 82% dos nossos alunos estão em cursos com CPCs nas faixas 4 e 5, nas IES Privadas este número é de apenas 28,5%. Neste ciclo apresentamos também um percentual bem acima das instituições públicas.

O Índice Geral de Cursos (IGC) segue a mesma tendência de constante evolução da qualidade, tanto em relações às nossas próprias instituições, quanto na comparação com o mercado, evidenciando nossa proposta de excelência acadêmica.

Olhando especificamente para o conceito ENADE, que mede o desempenho dos formandos do ensino superior através de uma prova padronizada, nossas IES apresentam maior proporção de alunos com conceitos superiores (4 e 5) do que as demais instituições privadas (listadas e não listadas), e menor percentual de alunos com conceitos 1 e 2.

Quando observamos o IDD, que mede o valor agregado pela formação do ensino superior, evidencia-se o maior impacto das nossas práticas acadêmicas na formação de nossos alunos, inclusive quando comparado às instituições públicas. De fato, nossas IES possuem o maior percentual de alunos com conceitos superiores (4 e 5), e o menor percentual de alunos com conceitos 1 e 2.

Desempenho Financeiro

Ensino

Receita Líquida

Considerando que a partir de agosto, os resultados incluem a aquisição da AGES, encerramos o ano de 2019 com uma Receita Líquida referente ao segmento Ensino de R\$1.111,4 milhões, +8,7% *versus* 2018 (R\$1.081,6 milhões ou +5,7% excluindo a AGES).

Já o segmento de outros negócios apresentou Resultado Operacional de R\$3,3 milhões, ante R\$5,5 milhões no ano anterior, excluindo o efeito do IFRS-16. A diferença na comparação entre anos se dá por conta do desempenho extraordinário do SingularityU Brazil Summit realizado no ano de 2018, em sua primeira edição no Brasil. No período, o resultado também foi impactado por uma menor demanda do hsm Academy (braço de educação corporativa da hsm). Por outro lado, a EBRADI e hsmU seguem com crescimentos em linha com seus planos de negócios. Dessa forma, encerramos o ano com um Receita Líquida consolidada de R\$1.180,9 milhões.

Olhando especificamente para nosso ticket líquido do Ensino excluindo a AGES, encerramos 2019 com uma média de R\$837/mês, uma contração de 1,5% *versus* o mesmo período do ano anterior, influenciada por um aumento de bolsas, descontos e impostos (-8,9%), um aumento médio de mensalidades (+5,0%) e ganhos no mix de cursos (+2,4%).

Os esforços que temos dedicado para recuperação de ticket, e que envolvem uma série de iniciativas internas, resultaram, pelo efeito alcançado na captação do terceiro trimestre de 2019, em um ticket líquido anualizado, melhor do que apontava a tendência do primeiro semestre, mostrando que estamos no caminho certo para uma trajetória sustentável de crescimento.

Especificamente no 4T19, nosso ticket líquido ex-AGES atingiu uma média de R\$863/mês (-2,2% vs. 4T18) explicado principalmente por uma base de alunos veteranos com mais bolsas e descontos, além de impostos (-9,2%), parcialmente neutralizado por um aumento médio de mensalidades (5,0%) e por uma melhora no mix de cursos (2,0%).

Total de Custos e Lucro Bruto

O Lucro Bruto em 2019, sem considerar os impactos do IFRS-16, foi de R\$499,5 milhões, ou 44,9% da Receita Líquida (+3,6pp vs. 2018). Destacamos nesse item os ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico que resultaram em uma melhora com custo com pessoal de 3,8pp vs. 2018.

Despesas Operacionais

Despesas Comerciais

As Despesas Comerciais totalizaram R\$95,7 milhões em 2019, ou um impacto na margem de -0,4pp vs. 2018, por conta do aumento nas despesas de marketing (-0,7pp) em virtude do plano de expansão orgânica (Q2A) e de iniciativas de fortalecimento das nossas marcas, especialmente nas regiões de maior competitividade. Já a PDD segue em linha com os níveis observados no ano passado (+0,3pp vs. 2018) com comportamento semelhante aos nossos prazos médios de recebimento.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas, excluindo o efeito do IFRS-16, totalizaram R\$105,8 milhões em 2019, e representaram 9,5% da Receita Líquida, -0,6pp *versus* 2018. O maior nível dessas despesas se explica principalmente pelo aumento da representatividade das unidades do Q2A, que ainda estão em estágio de maturidade médio, tendo, portanto, um nível de G&A proporcionalmente mais elevado do que uma operação madura.

EBITDA Ajustado (Não auditado)

Encerramos 2019 com um EBITDA ajustado, excluindo o efeito do IFRS-16, de R\$202,0 milhões (+19,0% vs. 2018), e uma margem de 17,1% sobre a Receita Líquida (+1,6pp vs. 2018), seguindo o movimento consistente de recuperação de margem. No 4T19, apresentamos EBITDA ajustado de R\$36,6 milhões, ou 11,4% de margem (+1,9pp vs. 4T18). Excluindo a AGES, nosso EBITDA ajustado ex-IFRS-16 foi de R\$193,7 milhões em 2019 (16,8% de margem ou +1,3pp), e de R\$32,3 milhões no 4T19 (10,7% de margem ou +1,2pp).

Resultado Financeiro

Excluindo o impacto do IFRS-16, encerramos o ano de 2019 com um Resultado Financeiro negativo de -R\$59,8 milhões, ante -R\$34,7 milhões em 2018. Apresentamos uma Receita Financeira de R\$25,6 milhões, -R\$4,9 milhões vs. o ano anterior, explicada principalmente pelo menor volume de multas e juros, resultado do trabalho preventivo de negociação de débitos de alunos em atraso.

A Despesa Financeira totalizou R\$85,4 milhões, um aumento de R\$20,2 milhões vs. 2018, principalmente explicada pelo incremento das despesas de juros com empréstimos/emissão de debêntures decorrente do aumento de alavancagem destinado a viabilizar nossas recentes aquisições; e com o PraValer, por conta do amadurecimento dos contratos de semestres anteriores que, com o aumento do tempo de carência, passam a sofrer maiores deságios.

Já considerando o impacto do IFRS-16, nosso Resultado Financeiro totalizou -R\$126,3 milhões no ano, explicado principalmente pela linha de Despesa Financeira de arrendamento, que foi de R\$66,5 milhões no período, decorrente da nova forma de contabilização das despesas de aluguel e ocupação.

Resultado Líquido

Encerramos o ano de 2019 com um Resultado Líquido Ajustado, excluindo o efeito do IFRS-16, de R\$62,3 milhões, uma contração de -3,9% *versus* 2018, ou uma margem de 5,3% sobre a

Receita Líquida (-0,6pp), principalmente em virtude do aumento das despesas financeiras, explicado acima e do maior nível de depreciação decorrente dos investimentos realizados nas estruturas dos nossos campi.

Excluindo os ajustes gerenciais, o Resultado Líquido foi de R\$23,9 milhões em 2019, ante R\$2,2 milhões em 2018, representando um crescimento de 961,4% ou +1,8pp.

Com a reclassificação do IFRS-16, o Resultado Líquido Ajustado no ano foi de R\$28,9 milhões ou uma margem de 2,4%.

Endividamento Líquido

Chegamos ao fim de 2019 com um total de disponibilidades de caixa e aplicação financeira de R\$182,6 milhões. O total de empréstimos e financiamentos foi de R\$692,9 milhões, +R\$237,9 milhões desde set/2019, especialmente impactado pela captação de longo prazo direcionado aos M&A's. Enfatizamos que o perfil de vencimento das demais dívidas está diluído ao longo dos próximos 5 anos, não apresentando concentração significativa.

As outras obrigações de curto e longo prazo, representadas principalmente pelos títulos a pagar relacionados às aquisições, totalizaram R\$143,1 milhões. Com isso, encerramos o trimestre com uma dívida líquida, excluindo o efeito do IFRS-16, de R\$653,4 milhões, o que representa uma alavancagem de 3,23x (dívida líquida ÷ EBITDA ajustado dos últimos 12 meses).

Com a captação anunciada de R\$1,1 bilhão na oferta pública restrita de ações que realizamos em janeiro de 2020, passaremos a ter uma posição de caixa significativamente superior ao nosso endividamento, nos levando a uma disponibilidade líquida positiva.

Os efeitos da reclassificação trazidos pelo IFRS-16 representam uma diferença de R\$555,2 milhões referentes ao valor presente dos contratos de aluguel que passaram a ser classificados no passivo pelo mesmo montante atribuído ao ativo de direito de uso.

Contas a receber e PMR

Encerramos o 4T19 com um saldo de Contas a Receber Líquido de R\$213,3 milhões.

Encerramos o ano com um PMR (prazo médio de recebimento) de 63 dias, não apresentando nenhuma alteração significativa em relação aos trimestres anteriores.

Segmentando a análise dos recebíveis e prazos médios, reportamos um PMR de 12 dias para os recebíveis de FIES, em que o contas a receber líquido está impactado pela PDD de R\$25,5 milhões referente ao valor em risco não coberto pelo FGEDUC da carteira do FIES relativa a todos os anos anteriores a 2019, inclusive. Se tirarmos esse efeito, geraria um PMR bruto de 57 dias.

Para o segmento de alunos Não-FIES, nosso PMR ficou em 70 dias, +2 dias quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Finalmente, na linha de outros negócios, encerramos o período com um PMR de 120 dias (+43 dias vs. 4T18), em linha com o novo patamar de PMR

deste segmento a partir do crescimento da EBRADI e da hsmU, de acordo com os respectivos planos de negócios.

Investimentos (Capex)

Em 2019, nossos investimentos totalizaram R\$115,8 milhões ou 9,8% sobre a Receita Líquida, um redução de de 0,6pp comparado aos 10,4% reportados em 2018.

Esse nível de investimento é impactado pelas unidades da expansão orgânica, através do amadurecimento das unidades abertas entre julho/2016 e janeiro/2019, que representaram 37% do Capex total do ano de 2019, ou R\$42,8 milhões. Excluindo esse efeito, nosso Capex normalizado seria de R\$73,0 milhões, ou 6,2% da Receita Líquida.

Também continuamos realizando investimentos relacionados ao desenvolvimento de nossa plataforma de sistemas e tecnologia aplicada à educação dentro do contexto do nosso processo de transformação digital.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal. Em 2019, principalmente pela linha de Despesa Financeira de arrendamento, que foi de R\$66,5 milhões no período, decorrente da nova forma de contabilização das despesas de aluguel e ocupação, registramos um prejuízo de R\$ 9.592.540,32, pelo que não serão distribuídos dividendos nesse exercício.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2018: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$470 mil (líquido de impostos).

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVOS						PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.357	75.637	31.552	99.507	Fornecedores		7.251	6.748	31.982	30.990
Aplicações financeiras	6	86.764	578	151.042	85.924	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	100.490	72.331	103.435	80.539
Contas a receber	7 e 26	72.096	38.667	213.346	174.083	Arrendamentos a pagar	4	292	-	24.688	-
Adiantamentos diversos	8	3.734	1.213	27.770	31.559	Obrigações sociais e salariais	16	16.668	16.376	75.569	69.511
Dividendos a receber		49.463	54.717	-	-	Obrigações tributárias	17	2.107	1.075	20.594	18.820
Impostos e contribuições a recuperar	9	779	3.596	4.088	9.669	Adiantamentos de clientes	18	-	-	16.980	16.881
Derivativos	27	2.391	1.850	2.391	1.850	Títulos a pagar	19	-	-	65.331	13.330
Direitos e empréstimos para aquisições	11	20.050	-	20.050	-	Outros passivos circulantes		911	1.450	1.347	1.511
Outros ativos circulantes		1.543	39	5.683	5.602	Total dos passivos circulantes		127.719	97.980	339.926	231.582
Total dos ativos circulantes		240.177	176.297	455.922	408.194						
Adiantamentos diversos	8	-	-	-	7.233	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	576.866	316.070	587.031	316.258
Depósitos judiciais	20	76	34	61.062	50.324	Arrendamentos a pagar	4	2.297	-	530.545	-
Créditos com partes relacionadas	26	9.751	9.446	9.797	9.524	Débitos com partes relacionadas	26	16.180	1.941	9	10
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	2.735	12.849	12.239	Títulos a pagar	19	-	-	75.217	85.721
Derivativos	27	-	901	-	901	Parcelamento de impostos e contribuições		-	-	2.591	2.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.584	1.584	1.584	1.584	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	70.065	44.543
Direitos e empréstimos para aquisições	11	-	-	100.126	-	Provisão para perdas em investimentos	12	2.279	-	2.279	-
Outros ativos não circulantes		-	850	41.117	37.332	Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	20	432	805	98.770	97.856
Investimentos	12	1.114.435	854.564	-	184	Outros passivos não circulantes		1.225	2.125	3.155	2.548
Imobilizado	13	7.540	9.871	367.087	301.823	Total dos passivos não circulantes		599.279	320.941	1.369.662	549.639
Direito de uso de arrendamentos	4	2.445	-	531.538	-						
Intangível	14	41.425	27.888	818.941	617.132	TOTAL DOS PASSIVOS		726.998	418.921	1.709.588	781.221
Total dos ativos não circulantes		1.177.256	907.873	1.944.101	1.038.276	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	21	531.411	496.411	531.411	496.411
						Gastos com emissão de ações	21	(28.639)	-	(28.639)	-
						Ágio em transação de capital	21	(69.566)	(69.566)	(69.566)	(69.566)
						Reserva de capital	21	34.314	5.946	34.314	5.946
						Ações em tesouraria	21	(10.022)	(15.642)	(10.022)	(15.642)
						Reserva de lucros	21	232.937	248.100	232.937	248.100
						Total do patrimônio líquido		690.435	665.249	690.435	665.249
TOTAL DOS ATIVOS		1.417.433	1.084.170	2.400.023	1.446.470	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.417.433	1.084.170	2.400.023	1.446.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	22	-	1.354	1.181.499	1.102.457
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	23	(40.832)	(25.980)	(671.584)	(707.141)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(40.832)	(24.626)	509.915	395.316
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	23	(880)	(2.012)	(109.983)	(96.664)
Gerais e administrativas	23	(3.952)	(1.858)	(281.898)	(259.260)
Resultado de equivalência patrimonial	12	56.672	45.217	(2.463)	(2.548)
Outras receitas operacionais líquidas	23	8.017	7.472	4.399	1.812
		59.857	48.819	(389.945)	(356.660)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		19.025	24.193	119.970	38.656
Resultado financeiro, líquido	25	(28.618)	(21.942)	(126.292)	(34.687)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS		(9.593)	2.251	(6.322)	3.969
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	-	-	(3.271)	(1.718)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(9.593)	2.251	(9.593)	2.251
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação da controladora		(9.593)	2.251	(9.593)	2.251
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$	21	(0,12)	0,03		
LUCRO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	21	(0,12)	0,03		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(9.593)	2.251	(9.593)	2.251
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(9.593)</u>	<u>2.251</u>	<u>(9.593)</u>	<u>2.251</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À Participação da controladora	(9.593)	2.251	(9.593)	2.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social			Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Ágio em transações de capital			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	496.411	-	(69.566)	6.618	(14.213)	18.678	258.513	-	696.441
Remuneração baseada em ações	-	-	-	(672)	-	-	-	-	(672)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(534)	(534)
Reserva legal	-	-	-	-	-	113	-	(113)	-
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	1.604	(1.604)	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(32.251)	-	-	-	(32.251)
Cancelamento de ações ordinárias	-	-	-	-	30.822	-	(30.822)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.251	2.251
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	496.411	-	(69.566)	5.946	(15.642)	18.791	229.309	-	665.249
Aumento de capital	35.000	-	-	-	-	-	-	-	35.000
Realização do plano de incentivo	-	-	-	(44)	44	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	1.000	-	-	-	-	1.000
Compensação com ativos	-	-	-	(1.227)	-	-	-	-	(1.227)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(9.593)	9.593	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Reclassificação de gastos com emissão de ações	-	(28.639)	-	28.639	-	-	-	-	-
Complemento no valor de cancelamento de ações	-	-	-	-	5.576	-	(5.576)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(9.593)	(9.593)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	531.411	(28.639)	(69.566)	34.314	(10.022)	18.791	214.146	-	690.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

N. E	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do período	(9.593)	2.251	(9.593)	2.251
Ajustes:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7/23	-	47.435	46.319
Atualização (reversão) depósito judicial	20	(3)	(2.648)	(591)
Depreciação e amortização	13/14	12.181	66.319	54.320
Amortização direito de uso de arrendamentos	4/23	500	56.774	-
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/14	2.208	3.215	809
Baixa direito de uso de arrendamentos	4	-	923	-
Equivalência patrimonial	12	(56.672)	2.463	2.548
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos		28.693	29.521	23.137
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	20	(303)	3.209	5.890
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	25	-	10.583	10.824
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	4/25	318	66.511	-
Receita com ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalier		-	(1.526)	(2.462)
Atualização de empréstimos a terceiros		(290)	(2.876)	(2.157)
Remuneração baseada em ações		1.000	1.000	(672)
Valor justo com derivativos		1.896	1.898	3.154
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	-	3.271	1.718
		(20.065)	276.479	145.088
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Redução (aumento) de contas a receber		(33.429)	(84.226)	30.934
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		(2.521)	2.063	5.485
Redução (aumento) de depósitos judiciais	20	(39)	(9.133)	(3.640)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		5.552	5.018	3.418
Redução (aumento) de outros ativos		(1.047)	(2.856)	(2.389)
(Redução) aumento de fornecedores		503	(1.344)	(2.173)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		1.324	5.525	14.915
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	99	(1.378)
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	(191)	(794)
(Redução) aumento de títulos a pagar		-	(1.273)	3.243
(Redução) aumento de provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	20	(70)	(7.196)	(6.327)
(Redução) aumento de outros passivos		(898)	(4.447)	(1.084)
		(30.625)	(97.961)	40.210
Juros pagos		(16.976)	(18.380)	(19.551)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(67.666)	160.138	165.747
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessões		(3.655)	(1)	(9.846)
Recebimentos		3.640	19	654
Aumento de capital em controlada	12	(241.038)	-	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	(44.565)	(12.749)
Direitos de empréstimos em aquisições futura		(20.050)	(120.176)	-
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio		-	(29.370)	-
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(84.199)	(58.091)	5.404
Rendimento de aplicações financeiras		(1.987)	(7.027)	(9.335)
Compra de ativo imobilizado	13	(1.491)	(82.666)	(87.222)
Compra de ativo intangível	14	(24.104)	(33.114)	(26.636)
Dividendos recebidos		79.540	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(293.344)	(374.991)	(139.730)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos com partes relacionadas				
Captações		32.988	2	9
Amortizações		(18.749)	-	(7)
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Captações		497.805	497.805	153.707
Amortizações		(224.120)	(326.886)	(48.545)
Ganho (perda) com derivativos	25	1.341	1.513	(1.647)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		-	(25.001)	(11.480)
Ações em tesouraria		-	-	(32.251)
Dividendos pagos		(535)	(535)	(20.214)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		288.730	146.898	39.572
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALÊNTES DE CAIXA		(72.280)	(67.955)	65.589
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	75.637	99.507	33.918
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	3.357	31.552	99.507
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALÊNTES DE CAIXA		(72.280)	(67.955)	65.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	22	-	1.514	1.220.097	1.139.720
Outras receitas		3.038	7.724	14.619	11.510
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	23	-	-	(47.435)	(46.319)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		-	(175)	(16.086)	(17.652)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.221)	(6.327)	(233.872)	(218.081)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		(2.183)	2.736	937.323	869.178
Depreciação e amortização	23	(12.681)	(9.783)	(123.093)	(54.320)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO					
		(14.864)	(7.047)	814.230	814.858
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12	56.672	45.217	(2.463)	(2.548)
Receitas financeiras	25	5.377	14.452	27.125	39.198
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		<u>47.185</u>	<u>52.622</u>	<u>838.892</u>	<u>851.508</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					
		<u>47.185</u>	<u>52.622</u>	<u>838.892</u>	<u>851.508</u>
Pessoal					
Remuneração direta		17.451	9.877	438.941	452.171
Remuneração baseada em ações		1.006	-	1.002	(11)
Benefícios		448	449	28.960	26.969
FGTS		788	47	52.332	54.354
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		3.055	2.940	114.922	117.281
Estaduais		-	-	79	979
Municipais		4	148	42.754	38.666
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	25	33.995	36.394	153.417	73.885
Aluguéis		31	516	16.078	84.963
Remuneração de capitais próprios					
		(9.593)	2.251	(9.593)	2.251
Dividendos		-	534	-	534
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício retido		(9.593)	1.717	(9.593)	1.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., (“ÂNIMA” ou “Sociedade”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participações direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino em níveis fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos a distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de inovação tecnológica.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e são interrompidas a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto:

	Participação %	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Controladas diretas</u>		
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")	100	100
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	100	100
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")	100	100
PGP Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("SOBEPE")	100	100
Dysgu Educacional Ltda ("Dysgu")	100	-
Insegnare Educacional Ltda ("Insegnare")	100	-
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")	100	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	100	100
Cesuc Educação Ltda ("Cesuc")	100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda ("Catalana")	100	-
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda ("AGES")	100	-
VIDAM Empreendimentos Educacionais Ltda ("VIDAM")	100	-
<u>Controlada em conjunto (joint venture)</u>		
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB")	50	50
<u>Coligada</u>		
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")	10	10

A controlada Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte") teve sua denominação social alterada para Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. na AGE de 8 de julho de 2019. A controlada Sociedade de Educação Superior e Cultura - Sociesc S.A. ("Sociesc") teve sua denominação social alterada para Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. na AGE de 27 de setembro de 2019.

2.4 Reestruturação Societária

CESUC – Na reunião de sócios realizada em 1º de outubro de 2019, aprovou-se a cisão parcial da Cesuc Educação Ltda., com versão do acervo cindido para a Sociedade Catalana de Educação Ltda.. A cisão parcial implicou na redução do capital social da

Cesuc, que passou a ser R\$ 61, e em um aumento do capital social da Catalana, que passou a ser R\$ 2.239.

2.5 Comparabilidade

A demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não inclui os resultados integrais das investidas Cesuc e Catalana, que passaram a ser consolidadas a partir de 1º de agosto de 2018. Também não incluem os resultados integrais das investidas Ages e Vidam, que passaram a ser consolidadas a partir de 5 de agosto de 2019.

A leitura das informações contábeis deve considerar esses aspectos.

2.6 Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.7 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.9 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de março de 2020.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Controladora e suas Controladas.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser

atendidos. Além disso, a Administração da Sociedade afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

4.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta norma possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, onde os arrendatários reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que os contratos apresentem as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Prazo inferior ou igual a doze meses;
- Valor do bem imaterial;
- Base em valores variáveis;
- Prazos indeterminados; e
- O controle ou gestão do bem não é transferido para o arrendatário.

A Sociedade e suas controladas avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2). Essa avaliação foi segregada nas seguintes etapas:

- Levantamento de contratos;
- Abordagem de transição;
- Definição da taxa de desconto;
- Mensuração inicial dos ativos e passivos; e
- Impactos na adoção inicial.

4.1.1 Abordagem de transição

A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

4.1.2 Taxa de desconto

A Sociedade e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) *spread* variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) *spread* variando de acordo com o prazo de utilização do ativo.

4.1.3 Impactos na adoção da norma no exercício de 2019

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Mensuração inicial	2.857	2.857	-	477.972	477.972	-
Adição e remensuração	88	88	-	137.628	137.628	-
Baixa	-	-	-	(27.288)	(26.365)	(923)
Pagamento	-	(674)	-	-	(100.513)	-
Amortização	(500)	-	(500)	(56.774)	-	(56.774)
Despesa financeira	-	318	(318)	-	66.511	(66.511)
Saldo em 31/12/2019	<u>2.445</u>	<u>2.589</u>	<u>(818)</u>	<u>531.538</u>	<u>555.233</u>	<u>(124.208)</u>

4.1.4 Aspectos relevantes

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM divulgou o Ofício Circular 2/19, orientando aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício em questão. Apresentamos abaixo algumas análises:

Conforme exigência do CPC 06 (R2) apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

	Cronograma de pagamento	
	Controladora	Consolidado
2021	311	35.839
2022	355	42.874
2023	400	44.907
2024	450	42.144
Após 2024	781	364.781
Total	<u>2.297</u>	<u>530.545</u>

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, a companhia apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 4,04% ao ano para 2019, 3,61% ao ano para 2020, 3,75% ao ano para 2021 e 3,50% ao ano para anos posteriores a 2022, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	2019		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	531.538	548.869	3%
Passivo de arrendamento	555.233	582.551	5%
Despesa de amortização	(56.774)	(57.621)	1%
Despesa financeira	(66.511)	(67.466)	1%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescido da inflação futura projetada não gera distorções significativas no passivo e

direito de uso, cujo efeito líquido representa menos de 1,5% do patrimônio líquido consolidado da companhia e suas subsidiárias.

4.2. IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta norma possui o objetivo de esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Sociedade e suas controladas devem reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável, bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. Esta interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos em relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

4.3. Novas normas e interpretações não efetivadas

Certas normas e alterações às normas serão efetivadas após 1º de janeiro de 2020, e a aplicação antecipada é permitida, entretanto, a Administração da Sociedade não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações abaixo, em virtude de não ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações do CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 contratos de seguros.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

Política contábil

São registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Sociedade. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

5.1 Aquisição da Manutença da FACULDADE FACED

5.1.1 Contrapartidas transferidas

Pela aquisição, a "Sociesc" desembolsará o montante total de R\$ 5.500. Em 21 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 2.800 foi liquidado a título de antecipação. O valor restante de R\$ 2.700 será liquidado da seguinte forma: primeira parcela de R\$ 300 com vencimento em 12 (doze) meses após a data do fechamento, corrigido pelo IPCA, e, 4 parcelas anuais de R\$ 600, corrigidas anualmente pelo IPCA, com vencimentos a cada período de 12 (doze) meses após a data do vencimento da primeira parcela. O valor presente desta operação é de R\$ 5.107.

Os resultados econômicos e o controle das atividades foram transferidos à "Sociesc" a partir de 1º de janeiro de 2019, data em que ocorreu o registro e transferência do acervo de bens materiais e imateriais.

5.1.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, ao valor final do ágio decorrente da transação.

	<u>Valor dos livros</u>	<u>Ajustes ao ágio (i)</u>	<u>Ajustes de aquisição (ii)</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos</u>				
Outros ativos circulantes	944	-	-	944
Imobilizado	446	(446)	-	-
Intangível:				-
Software	102	(102)	-	-
Carteira de clientes	-	-	659	659
Licença	-	-	1.736	1.736
<u>Passivos</u>				
Outros passivos circulantes	96	-	-	96
IR/CS diferido passivo	-	-	815	815
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.396</u>	<u>(548)</u>	<u>1.580</u>	<u>2.428</u>

(i) Valores referentes a saldos de imobilizado reconhecidos no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em dezembro de 2019 como ajuste ao ágio por não possuírem condições de uso.

(ii) O valor alocado em carteira de clientes tem uma vida útil estimada em 4 anos, e o valor alocado em licença tem vida útil indefinida.

5.1.3 Ágio gerado na aquisição

	<u>01/01/2019</u>
	<u>Valor adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	5.107
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	(2.428)
Ágio gerado na aquisição	<u>2.679</u>

5.1.4 Saída de caixa líquida na aquisição da Manutença

	<u>21/12/2018</u>
Contrapartidas pagas em caixa	2.800
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(41)
Desembolso líquido de caixa	<u>2.759</u>

5.2 Aquisição da Ages e Vidam

5.2.1 Contrapartidas transferidas

As contrapartidas transferidas pela aquisição da AGES e Vidam pela "Sobepe" ocorreram da seguinte forma:

- a) Assunção de dívidas das sociedades adquiridas no montante de R\$ 65.242;
- b) Pagamento de R\$ 49.758 (R\$ 44.758 à vista e R\$ 5.000 em 60 dias após a data de fechamento);
- c) *Earn out* de até R\$ 50.000 a serem pagos até o final de 2020, conforme cumprimento de metas operacionais;
- d) Emissão de 1.652.502 ações da Sociedade correspondentes a R\$ 35.000, já aprovada em assembleia em 25 de outubro de 2019.

O valor presente da operação até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 133.232 (valor presente correspondente às contrapartidas "b", "c" e "d").

5.2.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor de livros	Ajustes ao ágio (i)	Ajustes de aquisição (ii)	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.041	-	-	1.041
Outros ativos circulantes	1.079	(259)	-	820
Outros ativos não circulantes	210	-	-	210
Imobilizado	27.724	34	-	27.758
Intangível:				
Software	619	(549)	-	70
Carteira de clientes	-	-	8.102	8.102
Licença	-	-	37.611	37.611
Marca	-	-	16.111	16.111
Passivos				
Passivos circulantes	48.105	-	-	48.105
Passivos não circulantes	15.049	-	-	15.049
IR/CS diferido passivo	-	-	21.020	21.020
Ativos líquidos adquiridos	<u>(32.481)</u>	<u>(774)</u>	<u>40.804</u>	<u>7.549</u>

- (i) Valores referentes a saldos de FGEDUC e imobilizado e intangível existentes no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em dezembro de 2019 como ajuste ao ágio.
- (ii) O valor alocado em carteira de clientes geral tem uma vida útil estimada em 2,5 anos; o valor alocado em carteira de clientes Medicina tem vida útil estimada de 4 anos; e o valor alocado em licença tem vida útil indefinida.

5.2.3 Ágio gerado na aquisição (estimativa preliminar)

	<u>05/08/2019</u>
	<u>Valor adquirido</u>
Contrapartida a ser transferida na aquisição	133.232
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	<u>(7.549)</u>
Ágio gerado na aquisição (Estimativa preliminar)	<u><u>125.683</u></u>

5.2.4 Saída de caixa líquida na aquisição

	<u>05/08/2019</u>
Contrapartidas pagas em caixa	44.758
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(1.041)</u>
Desembolso líquido de caixa	<u><u>43.717</u></u>

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

O caixa e as aplicações são reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base *pro-rata temporis*, não superiores aos valores de realização.

A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	60	724	11.795	17.007
Aplicações financeiras - Operações	3.297	74.913	19.757	82.500
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>3.357</u>	<u>75.637</u>	<u>31.552</u>	<u>99.507</u>
Aplicações financeiras - Investimento	86.764	578	151.042	85.924
Total das aplicações financeiras	<u>86.764</u>	<u>578</u>	<u>151.042</u>	<u>85.924</u>

Os valores de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos exclusivos, com liquidez imediata, que têm por objetivo investir em ativos financeiros de renda fixa, de baixo risco, que busquem acompanhar as variações

das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 91,83% e 98,71% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

O contas a receber representa os valores nominais dos títulos acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para perdas estimadas, que é calculada em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes.

A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber mensalidades (a)	234.386	205.719
FIES - Financiamento estudantil (b)	31.730	32.508
Financiamentos (c)	44.397	28.766
Eventos	12.449	12.727
Aluguéis, serviços e outros	30.108	21.556
Total	<u>353.070</u>	<u>301.276</u>
Provisão para perdas estimadas - exceto FIES (d)	(114.229)	(103.712)
Provisão para perdas estimadas - FIES (e)	<u>(25.495)</u>	<u>(23.481)</u>
Total	<u>(139.724)</u>	<u>(127.193)</u>
Total geral contas a receber	<u>213.346</u>	<u>174.083</u>
Ativo circulante	213.346	174.083

- (a) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (b) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil e comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Referem-se a mensalidades financiadas, líquidos do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar entre 0 e 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, mais correção pela inflação.
- (d) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas através de uma análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Sociedade avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

- (e) As controladas da Sociedade constituem provisões para perdas estimadas para os valores gerados no âmbito do FIES. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política da Sociedade:

	Consolidado				
	31/12/2019				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	31.730	-	-	31.730	14,87%
Perda de crédito FIES	-	(25.495)	-	(25.495)	(11,95%)
Cartão de crédito	29.010	-	-	29.010	13,60%
A vencer	103.814	(9.602)	9,25%	94.212	44,16%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	59.129	(15.053)	25,46%	44.076	20,66%
De 91 a 180 dias	27.115	(9.830)	36,25%	17.285	8,10%
De 181 a 360 dias	38.786	(24.505)	63,18%	14.281	6,69%
De 361 a 720 dias	63.486	(55.239)	87,01%	8.247	3,87%
Total	<u>353.070</u>	<u>(139.724)</u>	<u>39,57%</u>	<u>213.346</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

	Consolidado				
	31/12/2018				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	32.508	-	-	32.508	18,67%
Perda de crédito FIES	-	(23.481)	-	(23.481)	(13,49%)
Cartão de crédito	21.780	-	-	21.780	12,51%
A vencer	69.175	(5.899)	8,53%	63.276	36,35%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	55.463	(13.823)	24,92%	41.640	23,92%
De 91 a 180 dias	27.130	(10.290)	37,93%	16.840	9,67%
De 181 a 360 dias	42.450	(26.568)	62,59%	15.882	9,12%
De 361 a 720 dias	52.770	(47.132)	89,32%	5.638	3,24%
Total	<u>301.276</u>	<u>(127.193)</u>	<u>42,22%</u>	<u>174.083</u>	<u>100%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	127.193	112.887
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	47.435	46.319
Combinação de negócio manutenção Jangada	-	158
Combinação de negócio FACED	205	-
Títulos baixados no exercício (i)	(35.109)	(32.171)
Saldo final	<u>139.724</u>	<u>127.193</u>

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aluguel (a)	-	-	-	14.444
Fornecedores	3.235	749	12.143	5.825
Funcionários	499	464	15.627	15.763
Pagamento antecipado aquisição	-	-	-	2.760
Total	<u>3.734</u>	<u>1.213</u>	<u>27.770</u>	<u>38.792</u>
Ativo circulante	3.734	1.213	27.770	31.559
Ativo não circulante	-	-	-	7.233

(a) Refere-se a adiantamento de aluguel das unidades da Brasil, IEDUC, Sociesc e Politécnico. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, esses aluguéis passaram a ser considerados segundo o IFRS 16.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRRF (a)	730	3.728	8.158	11.552
PIS/COFINS/CSLL	49	118	4.524	4.306
Antecipação de IRPJ/CSLL (b)	-	-	2.520	2.380
Outros	-	2.485	1.735	3.670
Total	<u>779</u>	<u>6.331</u>	<u>16.937</u>	<u>21.908</u>
Ativo circulante	779	3.596	4.088	9.669
Ativo não circulante	-	2.735	12.849	12.239

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.

- (b) Referem-se principalmente a valores a compensar, relativos às antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada UNA GP, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

Política contábil

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitadas a 30% do lucro real.

As controladas BRASIL, IEDUC, Unimonte, Sociesc, FACEB, Politécnico, Catalana, AGES e VIDAM calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social considerando, ainda, os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados utilizando as alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos.

10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativo - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 257.158 (R\$ 189.419, em 31 de dezembro de 2018), e no consolidado temos o montante de R\$ 463.039 (R\$ 334.636, em 31 de dezembro de 2018) não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Consolidado			Saldo final 31/12/2019
	Saldo inicial 31/12/2018	Movimentação		
		Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	
Imposto de renda	1.165	5.041	(5.041)	1.165
Contribuição social	419	1.815	(1.815)	419
Total	1.584	6.856	(6.856)	1.584

	Consolidado			
	Saldo inicial	Movimentação		Saldo final
	31/12/2017	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	31/12/2018
Imposto de renda	1.165	503	(503)	1.165
Contribuição social	419	181	(181)	419
Total	1.584	684	(684)	1.584

Passivo - Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e do custo atribuído dos imóveis realizado em 2009.
- (ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.
- (iii) Impostos e contribuições calculados sobre a parcela dos ágios amortizados para fins fiscais.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Imposto de Renda diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários diferidos ativos.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial	Movimentação			Saldo final
	31/12/2018	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Compensação com imposto diferido ativo	31/12/2019
Imposto de renda	32.752	16.361	7.447	(5.041)	51.519
Contribuição social	11.791	5.890	2.680	(1.815)	18.546
Total	44.543	22.251	10.127	(6.856)	70.065

	Consolidado					Saldo final 31/12/2018
	Saldo inicial	Movimentação				
	31/12/2017	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Baixa por incorporação (i)	Compensação com Imposto diferido ativo	
Imposto de renda	28.266	3.343	7.883	(6.237)	(503)	32.752
Contribuição social	10.175	1.204	2.838	(2.245)	(181)	11.791
Total	38.441	4.547	10.721	(8.482)	(684)	44.543

(i) Baixa da obrigação diferida passiva pela incorporação da ACAD e incorporação da parte cindida da Sociesc (Imóvel).

10.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes de IR e CS	(9.593)	2.251	(6.322)	3.969
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	3.262	(765)	2.149	(1.349)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	19.269	15.374	(837)	(866)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	49.842	27.759
Créditos tributários não constituídos	(23.031)	(11.540)	(34.584)	(29.002)
Créditos tributários constituídos de exercícios anteriores	-	-	-	(144)
Baixa de imposto diferido gerado em combinação de negócio por incorporação	-	-	-	8.482
Outras adições e exclusões	500	(3.069)	(19.841)	(6.598)
Imposto de renda e contribuição social calculado	-	-	(3.271)	(1.718)
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	-	(163)
IR e CS diferido no resultado do exercício	-	-	(3.271)	(1.555)
Ativo	-	-	6.856	684
Passivo	-	-	(10.127)	(2.239)

(a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Sociedade oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

11. DIREITOS E EMPRÉSTIMOS PARA AQUISIÇÕES

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Empréstimos Unisul (a)	-	80.126
Opção de compra Unisul (a)	-	20.000
Outros direitos	20.050	20.050
Total	20.050	120.176
Ativo circulante	20.050	20.050
Ativo não circulante	-	100.126

(a) Referem-se à opção de compra e aos empréstimos referentes ao Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, assinado entre a controlada indireta "Sociesc" e a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, através do qual foi concedido à Sociedade o direito de, até 4 de janeiro de 2021, adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, sediada na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no Contrato.

12. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos nas sociedades controladas e controlada em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As principais demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31/12/2019								
	Controladas diretas							Controlada em conjunto	
	IEDUC	Brasil	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	HSM Brasil (*)	PGP Educação	SOBEPE	LCB
Balanco patrimonial									
Ativo circulante	67.048	198.893	87	16.618	22.537	18.382	72.605	22.893	3.361
Ativo não circulante	146.257	791.219	-	61.745	113.646	87.736	399.946	225.057	16.612
Passivo circulante	41.488	183.419	2	11.277	16.505	13.250	81.532	68.058	8.548
Passivo não circulante	68.374	362.261	-	11.070	63.002	11.562	203.797	73.010	15.983
(-) Controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.279)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	103.443	444.432	85	56.016	56.676	81.306	187.222	106.882	(2.279)
Resultado									
Receita líquida	232.133	520.262	-	61.989	65.710	48.323	223.283	29.799	8.065
Custo de serviços prestados	(109.785)	(308.165)	-	(34.281)	(40.219)	(29.021)	(138.892)	(11.221)	(4.764)
Despesas operacionais	(42.044)	(174.038)	(3)	(11.591)	(21.376)	(26.345)	(58.444)	(15.994)	(6.440)
Resultado financeiro	(6.895)	(53.477)	3	(4.013)	(10.520)	(144)	(19.672)	(2.956)	(1.787)
IR/CS diferido/corrente	-	(5.071)	-	249	251	(979)	613	1.666	-
Participação em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.463)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	73.409	(20.489)	-	12.353	(6.154)	(8.166)	6.888	1.294	(2.463)

(*) O saldo do patrimônio líquido da HSM Brasil, contempla o ágio alocado no valor de R\$ 20.744, demonstrado abaixo no quadro de movimentação do investimento da controladora na coluna de valor justo alocado.

Controladora							
	Saldo em 31/12/2018	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2019
Ativo							
IEDUC	101.386	-	73.409	-	(71.352)	-	103.443
Brasil	464.925	-	(20.489)	(4)	-	-	444.432
VC Network	85	-	-	-	-	-	85
Unimonte	46.597	-	12.353	-	(2.934)	-	56.016
PGP Gestão	41.510	21.320	(6.154)	-	-	-	56.676
HSM Brasil	64.168	4.560	(8.166)	-	-	-	60.562
PGP Educação	70.768	109.566	6.888	-	-	-	187.222
SOBEPE	(4)	105.592	1.294	-	-	-	106.882
Valor justo alocado	29.919	-	-	-	-	-	29.919
Ágio	35.026	-	-	-	-	34.172	69.198
Sub-total	<u>854.380</u>	<u>241.038</u>	<u>59.135</u>	<u>(4)</u>	<u>(74.286)</u>	<u>34.172</u>	<u>1.114.435</u>
(Passivo)							
LCB	184	-	(2.463)	-	-	-	(2.279)
Sub-total	<u>184</u>	<u>-</u>	<u>(2.463)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.279)</u>
Total	<u>854.564</u>	<u>241.038</u>	<u>56.672</u>	<u>(4)</u>	<u>(74.286)</u>	<u>34.172</u>	<u>1.112.156</u>

Controladora							
	Saldo em 31/12/2017	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Baixa de investimento	Saldo em 31/12/2018
Ativo							
IEDUC	100.845	2.403	80.986	(1)	(82.847)	-	101.386
Brasil	479.954	7.653	14.013	(9)	(36.686)	-	464.925
VC Network	82	-	3	-	-	-	85
Unimonte	43.305	3.468	(176)	-	-	-	46.597
PGP Gestão	39.260	13.035	(10.785)	-	-	-	41.510
HSM Brasil	64.792	1.050	(1.673)	(1)	-	-	64.168
PGP Educação	62.207	43.827	(34.600)	(666)	-	-	70.768
Ânima Partic. (*)	842	-	-	-	-	(842)	-
SOBEPE	(2)	-	(2)	-	-	-	(4)
Valor justo alocado	29.919	-	(1)	1	-	-	29.919
Ágio	35.026	-	-	-	-	-	35.026
Sub-total	<u>856.230</u>	<u>71.436</u>	<u>47.765</u>	<u>(676)</u>	<u>(119.533)</u>	<u>(842)</u>	<u>854.380</u>
(Passivo)							
LCB	2.732	-	(2.548)	-	-	-	184
Sub-total	<u>2.732</u>	<u>-</u>	<u>(2.548)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>184</u>
Total	<u>858.962</u>	<u>71.436</u>	<u>45.217</u>	<u>(676)</u>	<u>(119.533)</u>	<u>(842)</u>	<u>854.564</u>

(*) Em 25 de abril de 2018, a Ânima Participações foi incorporada pela Ânima Holding.

13. IMOBILIZADO

Política contábil

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens, mencionadas nos quadros a seguir.

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2019			31/12/2018
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	5.905	(4.093)	1.812	2.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.217	(1.553)	3.664	3.742
Edificações	4%	214	(214)	-	2.103
Móveis e utensílios	10%	1.848	(709)	1.139	1.134
Máquinas e equipamentos	10%	959	(331)	628	602
Outros	10% e 20%	563	(473)	90	100
Imobilizado em andamento	-	207	-	207	190
Total		14.913	(7.373)	7.540	9.871

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		31/12/2019			31/12/2018
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	208.884	(65.781)	143.103	101.593
Edificações	1,43% a 4%	46.437	(5.970)	40.467	43.640
Terrenos	-	28.396	-	28.396	28.396
Máquinas e equipamentos	10%	93.778	(62.532)	31.246	28.181
Biblioteca e videoteca	10%	52.717	(29.552)	23.165	19.959
Móveis e utensílios	10%	74.592	(42.187)	32.405	23.239
Computadores e periféricos	20%	72.377	(54.617)	17.760	15.290
Outros	10% e 20%	72.663	(28.708)	43.955	25.162
Imobilizado em andamento	-	6.590	-	6.590	16.363
Total		656.434	(289.347)	367.087	301.823

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2019
	Saldo líquido em 31/12/2018	Adições	Baixa	Depreciações	Reclassificação	
Computadores e periféricos	2.000	737	(142)	(783)	-	1.812
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.742	-	-	(498)	420	3.664
Edificações	2.103	-	(2.025)	(78)	-	-
Móveis e utensílios	1.134	177	-	(172)	-	1.139
Máquinas e equipamentos	602	115	-	(89)	-	628
Outros	100	25	-	(35)	-	90
Imobilizado em andamento	190	437	-	-	(420)	207
Total	9.871	1.491	(2.167)	(1.655)	-	7.540

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciações	Transfe-rência	Acervo Incorporado	Reclassi-ficação	Saldo líquido em 31/12/2018
Computadores e periféricos	1.327	618	(785)	-	840	-	2.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.671	1	(441)	-	-	511	3.742
Edificações	-	2.139	(36)	-	-	-	2.103
Móveis e utensílios	1.128	163	(157)	-	-	-	1.134
Máquinas e equipamentos	460	218	(76)	-	-	-	602
Outros	118	34	(52)	-	-	-	100
Imobilizado em andamento	67	831	-	(197)	-	(511)	190
Total	6.771	4.004	(1.547)	(197)	840	-	9.871

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2018	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Reclassi-ficação	Saldo líquido em 31/12/2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	101.593	1.093	5.223	(1)	(16.505)	51.700	143.103
Edificações	43.640	-	-	(2.025)	(1.129)	(19)	40.467
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	28.396
Máquinas e equipamentos	28.181	4.037	4.436	(158)	(5.077)	(173)	31.246
Biblioteca e videoteca	19.959	1.739	4.951	-	(3.474)	(10)	23.165
Móveis e utensílios	23.239	6.493	6.817	(15)	(4.210)	81	32.405
Computadores e periféricos	15.290	7.765	1.131	(142)	(6.392)	108	17.760
Outros	25.162	19.434	5.200	(22)	(5.816)	(3)	43.955
Imobilizado em andamento (ii)	16.363	42.105	-	(194)	-	(51.684)	6.590
Total	301.823	82.666	27.758	(2.557)	(42.604)	(0)	367.087

Consolidado								
	Saldo líquido em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depre-ciações	Transfe-rências	Reclassi-ficação	Saldo líquido em 31/12/2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	73.627	11	-	(12)	(12.089)	-	40.056	101.593
Edificações	42.655	2.225	-	(15)	(1.225)	-	-	43.640
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	-	28.396
Máquinas e equipamentos	23.973	7.817	915	(31)	(4.506)	-	13	28.181
Biblioteca e videoteca	20.250	2.233	431	(2)	(3.075)	-	122	19.959
Móveis e utensílios	17.677	8.135	724	(32)	(3.265)	-	-	23.239
Computadores e periféricos	12.570	8.400	46	(163)	(5.656)	-	93	15.290
Outros	16.754	11.620	553	(16)	(3.720)	(197)	168	25.162
Imobilizado em andamento (ii)	10.217	46.781	-	(183)	-	-	(40.452)	16.363
Total	246.119	87.222	2.669	(454)	(33.536)	(197)	-	301.823

(i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Sociedade com intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.

(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente aos desembolsos efetuados pelas controladas da Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

(iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da Faced, Ages e Vidam, em 2019, e Jangada, Cesuc e Catalana, em 2018.

13.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$68.863 (R\$72.036, em 31 de dezembro de 2018) em tais processos.

14. INTANGÍVEL

Política contábil

São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes, licenças e ágio por rentabilidade futura, os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

	Taxas anuais de amortização	Controladora			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares	20%	75.515	(34.090)	41.425	27.888
Total		<u>75.515</u>	<u>(34.090)</u>	<u>41.425</u>	<u>27.888</u>
	Taxas anuais de amortização	Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Ágio		472.167	-	472.167	344.613
Marcas e patentes		159.227	-	159.227	143.116
Licença		116.389	-	116.389	76.992
Carteira de clientes	22% a 70%	52.139	(40.420)	11.719	5.340
Acordo de não competição	12%	2.098	(867)	1.231	1.481
<i>Mailing list</i>	38%	533	(533)	-	-
Total		<u>802.553</u>	<u>(41.820)</u>	<u>760.733</u>	<u>571.542</u>

Softwares	20%	104.410	(58.098)	46.312	33.192
Desenv. conteúdo EAD	33%	25.163	(16.135)	9.028	9.174
Credenciamento MEC	33%	3.537	(1.791)	1.746	2.152
Cessão de Uso	20%	1.403	(281)	1.122	1.072
Outros	10% a 20%	5.352	(5.352)	-	-
Total		<u>139.865</u>	<u>(81.657)</u>	<u>58.208</u>	<u>45.590</u>
Total do intangível		<u>942.418</u>	<u>(123.477)</u>	<u>818.941</u>	<u>617.132</u>

A movimentação da controladora é:

	Controladora					
	Saldo líquido em					Saldo líquido em
	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>	
Softwares	<u>27.888</u>	<u>24.104</u>	<u>(41)</u>	<u>(10.526)</u>	<u>41.425</u>	
Total	<u>27.888</u>	<u>24.104</u>	<u>(41)</u>	<u>(10.526)</u>	<u>41.425</u>	

	Controladora					
	Saldo líquido em					Saldo líquido em
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2018</u>
Softwares	<u>20.916</u>	<u>15.076</u>	<u>(65)</u>	<u>197</u>	<u>(8.236)</u>	<u>27.888</u>
Total	<u>20.916</u>	<u>15.076</u>	<u>(65)</u>	<u>197</u>	<u>(8.236)</u>	<u>27.888</u>

A movimentação consolidada é:

	Consolidado					
	Saldo líquido em					Saldo líquido em
	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Amortização</u>	<u>Combinação de negócio (i)</u>	<u>31/12/2019</u>
Ágio	344.613	-	-	-	127.554	472.167
Marcas e patentes	143.116	-	-	-	16.111	159.227
Licença	76.992	-	-	-	39.397	116.389
Carteira de clientes	5.340	-	-	(3.557)	9.936	11.719
Acordo de não competição	1.481	-	-	(250)	-	1.231
Softwares	33.192	26.277	(152)	(13.075)	70	46.312
Desenv. conteúdo EAD	9.174	5.722	(119)	(5.749)	-	9.028
Credenciamento MEC	2.152	825	(387)	(844)	-	1.746
Cessão de uso	1.072	290	-	(240)	-	1.122
Total	<u>617.132</u>	<u>33.114</u>	<u>(658)</u>	<u>(23.715)</u>	<u>193.068</u>	<u>818.941</u>

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2018
	Saldo líquido em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Reclassificação	Combinação de negócio (i)	
Ágio	318.616	-	-	-	-	-	25.997	344.613
Marcas e patentes	143.116	-	-	-	-	-	-	143.116
Licença	67.421	-	-	-	-	-	9.571	76.992
Carteira de clientes	5.636	-	-	-	(4.098)	-	3.802	5.340
Acordo não competição	1.728	-	-	-	(247)	-	-	1.481
Softwares	26.874	16.934	(76)	197	(10.574)	(175)	12	33.192
Desenv. conteúdo EAD	8.032	6.382	(2)	-	(4.971)	(267)	-	9.174
Credenciamento MEC	633	2.207	(277)	-	(766)	355	-	2.152
Cessão de uso	-	1.113	-	-	(41)	-	-	1.072
Outros	-	-	-	-	(87)	87	-	-
Total	572.056	26.636	(355)	197	(20.784)	-	39.382	617.132

(i) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição de Faced, Ages e Vidam, em 2019, e Jangada, Cesuc e Catalana, em 2018.

14.1 Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					Total Geral
	31/12/2019					
	Intangíveis amortizáveis		Intangíveis não amortizáveis			
Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Licença	Ágio		
IEDUC	-	-	24.380	-	29.825	54.205
USJT	-	-	34.900	54.600	174.445	263.945
HSM	-	-	59.872	-	21.370	81.242
SOCIESC	-	-	21.160	3.787	45.104	70.051
FACEB	-	1.231	-	7.255	28.721	37.207
ACAD	588	-	-	-	2.283	2.871
Politécnico	-	-	-	1.779	16.867	18.646
Cesuc e Catalana	2.514	-	-	6.430	21.291	30.235
Jangada	91	-	-	3.191	3.899	7.181
Ages e Vidam	8.102	-	16.111	37.611	125.683	187.507
FACED	424	-	-	1.736	2.679	4.839
Outras	-	-	2.804	-	-	2.804
Total	11.719	1.231	159.227	116.389	472.167	760.733

14.2 Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa

O ágio e as licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ensino	664.258	481.196
Outros negócios	83.525	83.525
	<u>747.783</u>	<u>564.721</u>

Em 31 de dezembro de 2019, ágio, marcas e licenças foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment"):

Para as UGC's de Ensino e Outros Negócios, estimamos o valor recuperável com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas bibliográficas e ponderada com premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico conforme abaixo, adicionado um valor de perpetuidade. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso destas UGC's foram:

Premissas	UGC	
	Ensino	Outros Negócios
Taxa de desconto ao ano	12,0%	14,5%
Período projeção	10 anos	9 anos
Perpetuidade de crescimento ao ano	3,8%	4,8%
Crescimento médio da receita ao ano	6,1%	9,0%
Crescimento médio dos gastos ao ano	4,9%	7,3%

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetária e cambiais, além de amortizações incorridas até as datas dos balanços).

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1º emissão (a)	40.357	114.912	155.269	6.232	149.331	155.563
Debêntures 2º emissão (b)	1.785	348.317	350.102	-	-	-
IFC (c)	27.519	88.507	116.026	28.457	113.795	142.252
Santander	6.340	15.309	21.649	5.988	20.968	26.956
Outros empréstimos	1.967	9.821	11.788	2.854	10.974	13.828
Moeda estrangeira						
Itaú - Linha 4131	22.522	-	22.522	28.800	21.002	49.802
Total	100.490	576.866	677.356	72.331	316.070	388.401

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1º emissão (a)	40.357	114.912	155.269	6.232	149.331	155.563
Debêntures 2º emissão (b)	1.785	348.317	350.102	-	-	-
IFC (c)	27.519	88.507	116.026	28.457	113.795	142.252
Santander	6.340	15.309	21.649	5.988	20.968	26.956
Banco do Brasil	45	133	178	5.465	-	5.465
Bradesco	-	-	-	1.746	-	1.746
Outros empréstimos	4.867	19.853	24.720	3.851	11.162	15.013
Moeda estrangeira						
Itaú - Linha 4131	22.522	-	22.522	28.800	21.002	49.802
Total	103.435	587.031	690.466	80.539	316.258	396.797

(a) Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Sociedade ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150.000 não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um *spread* equivalente a 1,00% a.a.. O vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses; o pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após esse período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020, já o pagamento dos juros ocorrerá anualmente nos dois primeiros anos e, a partir de 29 de maio de 2020, trimestralmente.

(b) Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples da Sociedade ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$350.000 não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um *spread* equivalente a 1,35% a.a.. As debêntures terão prazo de vigência de cinco anos, vencendo em 11 de novembro de 2024. O saldo do valor nominal será amortizado semestralmente, sempre

no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de novembro de 2021.

O saldo apresentado das debêntures está líquido de seu custo de captação, que será apropriado no mesmo prazo.

As debêntures requerem manutenção dos seguintes índices financeiros calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

Consolidado		31/12/2019	
	1ª Emissão	2ª Emissão	
Dívida Líquida:			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	690.466	690.466	
Derivativos (*)	-	(2.391)	
Titulos a pagar (*)	-	140.548	
(-) Disponibilidades	(182.594)	(182.594)	
= Dívida líquida	<u>507.872</u>	<u>646.029</u>	
Resultado Financeiro:			
Receita financeiras	27.125		
(-) despesas financeiras	(153.417)		
= Resultado financeiro	(126.292)		
Efeito IFRS	66.511		
= Resultado financeiro ex. IFRS	<u>(59.781)</u>		
EBITDA Ajustado:			
Lucro (prejuízo) líquido	(9.593)		
(+) Tributos sobre lucro	3.271		
(+) Resultado financeiro	126.292		
(+) Depreciação e amortização	123.093		
(=) EBITDA	243.063		
(+) Equivalência Patrimonial	2.463		
(+) Juros e multas recebidas sobre mensalidades	8.777		
(+) Gastos de natureza não recorrente	38.470		
(+/-) Efeito IFRS - Pagamento de aluguel	(90.750)		
= Ebitda Ajustado	<u>202.023</u>		
Liquidez Corrente:			
Ativo circulantes	455.922		
(/) Passivo circulante	339.926		
= Liquidez corrente com IFRS 16	1,3		
(-) Passivo circulante ex. IFRS 16	315.238		
= Liquidez corrente ex. IFRS	<u>1,4</u>		
(*) Requeridos somente na 2ª Emissão			
	1ª Emissão		
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,0 vezes	2,5		
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro, que deverá ser maior ou igual a 1,3 vezes;	3,4		
Índice de liquidez corrente, que deverá ser maior ou igual a 1,0.	1,4		
	2ª Emissão		
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser inferior a 4,00	3,2		
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro, que deverá ser superior a 1,30;	3,4		
Índice de liquidez corrente, que deverá ser superior a 1,20.	1,4		
(c) Este contrato de empréstimo e financiamento possui cláusulas restritivas ("covenants") conforme abaixo:			

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	< 2,75
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	> 1,3

(i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.

(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade e suas controladas atenderam a todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

I) As principais condições estabelecidas em contrato são como segue:

		Consolidado			
Garantias		Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Debêntures	Fiança da Brasil Educação	1% a 1,35%	CDI	29/05/2018	11/11/2024
Capital de giro moeda nacional	Aval cruzado com empresas do grupo e Aplicação Bloqueada	2,20%	CDI	31/01/2013	29/05/2023
Capital de giro moeda nacional	Imovéis do vendedor	5,57%	TFC	13/12/2018	15/06/2020
Capital de giro moeda estrangeira	Cessão Fiduciária, Recebíveis e Swap Próprio	2,40%	USD(*)	26/08/2015	26/08/2020
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento	8,55% a 19,42%	-	10/05/2015	30/11/2026
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,50%	TJLP	04/12/2013	15/12/2023

(*) A Sociedade gerencia seu risco de volatilidade cambial através de instrumentos de *SWAP*, conforme descrito na nota 27.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indexadores dos empréstimos captados para capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 2,40% a.a..

II) Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019		31/12/2019	
	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal
2021	129.074	163.497	130.813	165.898
2022	179.073	204.615	180.813	206.894
2023	152.416	166.922	154.156	169.079
Após 2023	116.303	121.881	121.249	127.354
Total	576.866	656.915	587.031	669.225

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018		31/12/2018	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal	Cronograma de pagamento	Valor nominal
2019	90.138	115.742	90.195	115.807
2020	80.674	97.916	80.718	97.964
2021	80.674	93.047	80.718	93.093
Após 2021	64.584	76.149	64.627	76.194
Total	316.070	382.854	316.258	383.058

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	3.144	2.706	20.894	16.918
Provisão de férias	7.073	6.361	34.815	32.749
INSS	1.375	2.162	10.873	10.974
FGTS	459	417	3.628	3.527
Outros	4.617	4.730	5.359	5.343
Total	16.668	16.376	75.569	69.511

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRRF (a)	1.728	891	12.590	12.368
ISS	23	1	5.874	4.725
PIS e COFINS	203	139	1.181	925
Outros	153	44	949	802
Total	2.107	1.075	20.594	18.820

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de alunos (a)	10.995	10.985
Faturamento antecipado de clientes (b)	5.594	3.977
Projetos de pesquisa	391	1.919
Total	16.980	16.881

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Sociedade, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

19. TÍTULOS A PAGAR

	Índice de Correção	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Aquisição da Ages e Vidam	-	48.475	-
Aquisição da Sociesc	INPC	32.962	32.718
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	21.322	23.409
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	17.452	20.696
Aquisição do Politécnico	TR	11.860	14.567
Aquisição Manutenção da Jangada	Média IGPM e IPCA	3.442	4.341
Aquisição da ACAD	INPC	2.494	3.320
Aquisição Manutenção da Faced	IPCA	2.541	-
Total		140.548	99.051
Passivo circulante		65.331	13.330
Passivo não circulante		75.217	85.721

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	16.443
2021	22.308	16.150
2022	13.851	12.680
2023	8.337	8.427
2024	3.896	4.733
Após 2024	26.825	27.288
Total	75.217	85.721

20. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

Política contábil

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante órgãos governamentais e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo matérias tributária, trabalhista e civil.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas controladas são garantidos por contrato pelos vendedores, que preveem o ressarcimento destes valores caso a Sociedade e suas controladas desembolsem algum valor em relação a esses processos.

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões trabalhistas (a)	432	805	45.285	41.965
Provisões tributárias (b)	-	-	49.122	49.305
Provisões cíveis (c)	-	-	4.363	6.586
Total	432	805	98.770	97.856

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2018	Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2019
Trabalhista (a)	805	(319)	(70)	16	432
Total	805	(319)	(70)	16	432

	31/12/2017	Reversão	Pagamentos	Atualização	Compensação de depósitos judiciais	31/12/2018
Trabalhista (a)	1.309	(508)	(4)	32	(24)	805
Total	1.309	(508)	(4)	32	(24)	805

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2018	Adições/ Reversão	Adição INSS (d)	Paga-mentos	Atualiza-ção	Reclassi-ficação	Compensação depósitos judiciais	Contingencias vendedores	31/12/2019
Trabalhistas (a)	41.965	2.122	6.115	(3.325)	57	9	(540)	(1.118)	45.285
Tributárias (b)	49.305	(459)	-	276	-	-	-	-	49.122
Cíveis (c)	6.586	1.489	-	(4.147)	-	(9)	(711)	1.155	4.363
Total	97.856	3.152	6.115	(7.196)	57	-	(1.251)	37	98.770

	31/12/2017	Adições/ Reversão	Adição INSS (d)	Paga-mentos	Atualiza-ção	Reclassi-ficação	Compen-sação depósitos judiciais	Contin-gencias vende-dores	31/12/2018
Trabalhistas (a)	35.829	437	8.518	(4.694)	108	26	(1.064)	2.805	41.965
Tributárias (b)	49.304	112	-	(111)	-	-	-	-	49.305
Cíveis (c)	3.147	5.233	-	(1.522)	-	-	(230)	(42)	6.586
Total	88.280	5.782	8.518	(6.327)	108	26	(1.294)	2.763	97.856

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, aos riscos de lides com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc, a Sociedade assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanham tal demanda judicial, o risco de perda inerente à mesma é "possível", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão, respectivamente, complemento ou reversão de tal provisão.

- (c) As provisões cíveis referem-se, principalmente, a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual conforme determinação da Lei 11.096/2005 para as entidades que aderirem ao programa ProUni e transformação da entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".

Processos classificados como possíveis:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	21.838	24.214
Tributários	181.628	165.346
Cíveis	30.629	19.667
Total	231.296	209.227

Também existem alguns processos classificados como possíveis, existentes antes da aquisição das controladas "IEDUC", "USJT", "Unimonte", "Faced" e "Politécnico" que possuem as mesmas garantias mencionadas nas contingências provisionadas. Os valores compõem as contingências possíveis no total de R\$ 3.876, sendo R\$ 3.360 de processos trabalhistas e R\$ 516 de processos cíveis.

A maior parte das contingências possíveis de natureza tributária referem-se a processos oriundos de aquisições referentes a exercícios anteriores à aquisição pela Ânima.

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas (a)	76	34	29.204	23.268
Tributários (b)	-	-	23.755	21.165
Cíveis (c)	-	-	8.103	5.891
Total	76	34	61.062	50.324

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2018	Adições	Combinação de negócio	Resgate	Compensação contingência	Atualização/reversão	Realocação	31/12/2019
Trabalhistas	23.268	8.795	-	(1.501)	(540)	784	(1.602)	29.204
Tributários	21.165	4	-	(5)	-	883	1.708	23.755
Cíveis	5.891	2.367	209	(527)	(711)	981	(106)	8.103
Total	50.324	11.166	209	(2.033)	(1.251)	2.648	-	61.062

	31/12/2017	Adições	Resgate	Compensação contingência	Atualização/ reversão	31/12/2018
Trabalhistas	12.672	12.487	(823)	(1.064)	(4)	23.268
Tributários	20.107	10	(11)	-	1.059	21.165
Cíveis	14.608	585	(8.608)	(230)	(464)	5.891
Total	47.387	13.082	(9.442)	(1.294)	591	50.324

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 25 de outubro de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital social da Sociedade mediante emissão de 1.652.502 ações, pelo preço de R\$21,18 reais cada, totalizando R\$ 35.000. Consequentemente, o capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019, é composto por 80.208.517 (78.556.015, em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$ 531.411 (R\$496.411, em 31 de dezembro de 2018), cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2019	31/12/2018
Total de ações em circulação	79.286.001	77.632.254
Ações em tesouraria	922.516	923.761
Total geral de ações	80.208.517	78.556.015

b) Gastos com emissão de ações

Os custos de transação da emissão de ações totalizaram R\$ 28.639. Foram contabilizados em conta redutora do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, optamos por demonstrar de forma destacada no Patrimônio Líquido, conforme determina o CPC 08 (R1).

c) Reservas de capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva de capital é de R\$ 34.314 (R\$5.946, em 31 de dezembro de 2018). O saldo refere-se, principalmente, à constituição de remuneração baseada em ações, conforme descrito na Nota Explicativa nº 26.2.

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ações em tesouraria é de 922.516 ações ordinárias no montante de R\$10.022 (923.761 ações ordinárias no montante de R\$ 15.642, em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, realizamos o complemento do cancelamento de ações em tesouraria, conforme deliberação do conselho, no montante de R\$ 5.576.

e) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital ultrapassam 30% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de reserva legal é de R\$ 18.791, o mesmo apresentado em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto social da Sociedade, estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresentou prejuízo que foi absorvido pela reserva de retenção de lucros, apresentando o saldo de R\$ 214.146 (R\$ 229.309, em 31 de dezembro de 2018).

f) Dividendos

Política contábil

Conforme o estatuto social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não registrou montantes de dividendo em função de apresentar prejuízo no exercício (R\$ 534, em 31 de dezembro de 2018).

g) Ágio em transação de capital

Em dezembro de 2012, a Sociedade adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

h) Lucro (prejuízo) por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro (prejuízo) básico por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(9.593)	2.251
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	77.936	78.823
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,12)</u>	<u>0,03</u>

(ii) Lucro (prejuízo) diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade tem apenas um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de até 900 mil ações da Sociedade, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na Nota Explicativa nº 26.2.

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas controladores	(9.593)	2.251
Quantidade média ponderada de ações	77.936	78.823
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	764	900
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	78.700	79.723
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	<u>(0,12)</u>	<u>0,03</u>

22. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares.

As receitas relacionadas com a prestação de serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo, os adiantamentos recebidos são registrados no passivo e reconhecidos como receita no momento da prestação dos serviços.

Os valores das receitas podem ser estimados com segurança, e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de produtos e serviços	1.961.354	1.591.356
Receita FIES	203.570	263.447
Descontos em mensalidades	(918.692)	(688.368)
Impostos sobre faturamento	(38.598)	(37.263)
Comissões (a)	(24.609)	(27.172)
Ajuste a valor presente	(1.526)	457
Receita líquida	<u>1.181.499</u>	<u>1.102.457</u>

(a) Referem-se à comissão retida pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalter e polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Sociedade, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Gratuidade PROUNI	(226.171)	(226.450)
Bolsas e descontos concedidos	(625.438)	(426.602)
Pós-graduação	(6.695)	(5.678)
Convênios com empresas	(16.461)	(12.604)
Devoluções, abatimentos e outros	(43.927)	(17.034)
Total	(918.692)	(688.368)

23. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	(22.531)	(12.610)	(621.275)	(634.804)
Despesas com aluguel e ocupação (a)	(2)	(675)	(36.828)	(110.131)
Despesas com serviços de terceiros	(6.430)	(2.915)	(91.198)	(79.107)
Propaganda e publicidade	(880)	(2.012)	(62.548)	(50.346)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(47.435)	(46.319)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(1.655)	(1.547)	(42.604)	(33.536)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 14)	(10.526)	(8.236)	(23.715)	(20.784)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 4) (b)	(500)	-	(56.774)	-
Manutenção	(59)	(42)	(22.522)	(17.283)
Deslocamentos	(1.021)	(541)	(18.924)	(14.913)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 20)	303	476	(3.209)	(5.890)
Impostos e taxas	(128)	(724)	(8.149)	(3.767)
Outras receitas (despesas) líquidas	5.782	6.448	(23.885)	(44.373)
Total	(37.647)	(22.378)	(1.059.066)	(1.061.253)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(40.832)	(25.980)	(671.584)	(707.141)
Despesas comerciais	(880)	(2.012)	(109.983)	(96.664)
Despesas gerais e administrativas	(3.952)	(1.858)	(281.898)	(259.260)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	8.017	7.472	4.399	1.812
Total	(37.647)	(22.378)	(1.059.066)	(1.061.253)

(a) Em 31 de dezembro de 2018, os aluguéis estavam nesta rubrica, a partir de 1º de janeiro de 2019 passaram a ser tratados no âmbito do IFRS 16 (Nota Explicativa nº 4).

(b) A variação entre estas naturezas ocorreu em função da adoção do IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota Explicativa nº 4).

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Sociedade organiza o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- a) Ensino - Atividade atrelada às controladas Brasil, IEDUC, UNA GP, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, FACEB, Politécnico, Cesuc, Catalana, Ages e Vidam que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em níveis fundamental, médio e superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância.
- b) Outros Negócios - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil, Brasil e Sociesc focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica.

A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

	31/12/2019			
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.111.375	70.124	-	1.181.499
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(639.363)	(32.221)	-	(671.584)
LUCRO BRUTO	472.012	37.903	-	509.915
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(95.722)	(12.403)	-	(108.125)
Gerais e administrativas	(121.787)	(26.338)	-	(148.125)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.463)	-	(2.463)
Corporativo	-	-	(129.991)	(129.991)
Outras (despesas) receitas operacionais	818	(2.059)	-	(1.241)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	255.321	(5.360)	(129.991)	119.970
Resultado financeiro	(90.698)	(231)	-	(90.929)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(35.363)	(35.363)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	164.623	(5.591)	(165.354)	(6.322)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.486	(107)	(4.650)	(3.271)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	166.109	(5.698)	(170.004)	(9.593)

	31/12/2018			
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.023.998	78.459	-	1.102.457
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(663.702)	(43.439)	-	(707.141)
LUCRO BRUTO	360.296	35.020	-	395.316
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(83.949)	(10.006)	-	(93.955)
Gerais e administrativas	(110.578)	(31.127)	-	(141.705)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.548)	-	(2.548)
Corporativo	-	-	(119.300)	(119.300)
Outras despesas operacionais	2.020	(1.172)	-	848
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	167.789	(9.833)	(119.300)	38.656
Resultado financeiro	(3.480)	387	-	(3.093)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(31.594)	(31.594)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	164.309	(9.446)	(150.894)	3.969
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(6.013)	(768)	5.063	(1.718)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	158.296	(10.214)	(145.831)	2.251

A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo realizadas pela Sociedade.

25. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Política contábil

As receitas e despesas são reconhecidas pelo método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com aplicações financeiras	2.162	4.009	8.261	10.485
Receita com juros de mensalidades	-	-	8.777	11.214
Ganho com derivativos	1.341	-	1.513	-
Receita com derivativos	-	9.511	-	9.511
Correção monetária	-	357	4.621	5.070
Juros s/ tributos a compensar	1.713	540	2.026	674
Outros	161	35	1.927	2.244
Total	5.377	14.452	27.125	39.198
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa financeira de arrendamento (Nota Explicativa nº 4)	(318)	-	(66.511)	-
Despesa de juros com empréstimos	(30.083)	(22.981)	(32.126)	(23.595)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(26.689)	(20.221)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(9.718)	(5.405)
Variação cambial de empréstimos	(1.920)	(10.450)	(1.920)	(10.450)
Variação Cambial Passiva	(116)	(1)	(119)	(10)
Despesa com derivativos	(1.319)	-	(1.319)	-
Perda com derivativos	-	(2.214)	-	(1.647)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	(10.583)	(10.824)
Outros	(239)	(748)	(4.432)	(1.733)
Total	(33.995)	(36.394)	(153.417)	(73.885)
Resultado financeiro	(28.618)	(21.942)	(126.292)	(34.687)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações que foram contraídos entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas principalmente de operações de empréstimos de mútuo e acordo para rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas.

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora									
	31/12/2019					31/12/2018				
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado
Contas a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas	
Brasil	54.907	-	611	-	-	9.476	-	2.105	-	1.125
IEDUC	2.235	-	2.527	-	-	1.693	-	676	-	-
PGP Educação	510	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unimonte	1.113	-	626	16.173	-	2.761	-	165	1.934	389
SOCIESC	11.566	-	89	-	-	19.003	-	-	-	-
Instituto Ânima	-	9.737	-	-	291	-	9.446	-	-	-
FACEB	834	-	5	-	-	662	-	-	-	-
Politécnico	357	-	5	-	-	4.587	-	-	-	-
HSM Brasil	333	-	-	-	-	485	-	-	-	-
Santa Antonieta	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-
Outros	241	14	70	-	-	-	-	70	7	-
Total	72.096	9.751	3.933	16.180	291	38.667	9.446	3.016	1.941	1.514

	Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Ativo		Passivo		Resultado		Resultado	
Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Resultado	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Despesas	
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (a)	-	263	9	4.841	-	316	10	3.767
Instituto Ânima (b)	9.797	-	-	291	9.524	-	-	-
Total	9.797	263	9	5.132	9.524	316	10	3.767

- (a) A partir de 2019, refere-se ao valor da depreciação e AVP referente ao aluguel do Campus Aimorés, utilizado pela Brasil. O Valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi R\$ 3.917.
- (b) Refere-se, principalmente, a empréstimos concedidos para fomentar projetos que visam desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino. A quitação deverá ocorrer no prazo de 84 meses a partir de dezembro 2021, data da finalização do projeto.

26.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Sociedade.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo	4.842	9.994	6.863	17.444

26.2 Remuneração baseada em ações

Em 26 de agosto de 2019, a Sociedade assinou juntamente com o principal executivo da Sociesc, Instrumento de Transação, Distrato e Outras Avenças onde foi consensual a apuração de suas metas para a bonificação em ações, a qual o executivo fará jus a 548 mil ações da Sociedade (ANIM3).

O valor justo das ações outorgadas foi determinado através do preço médio das ações no mês de janeiro de 2016, período em que foram compradas as ações para pagamento da bonificação, e que estão mantidas, em tesouraria, ao preço médio de R\$ 10,27 reais.

O valor justo complementar das 98 mil ações concedidas foi reconhecido na rubrica "despesas com pessoal", e a contrapartida foi registrada na rubrica "reserva de capital" no patrimônio líquido no valor de R\$ 1.006, em 30 de setembro de 2019.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros a valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

27.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Sociedade e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 15.)	103.435	311.626	275.405	690.466
Títulos a pagar (nota explicativa nº 19.)	65.331	36.159	39.058	140.548
Fornecedores	31.982	-	-	31.982
Arrendamento direito de uso (nota explicativa nº 4.)	24.688	78.713	451.832	555.233
Derivativos (nota explicativa nº 27.1 C)	(2.391)	-	-	(2.391)
Em 31 de dezembro de 2018:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15.)	80.539	170.913	145.345	396.797
Fornecedores	30.990	-	-	30.990
Títulos a pagar (nota explicativa nº 19.)	13.330	32.593	53.128	99.051
Derivativos (nota explicativa nº 27.1 C)	(1.850)	(901)	-	(2.751)

(b) Risco de crédito – É o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Sociedade constitui provisão para perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) Contas a receber: A Sociedade e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(ii) Instrumentos financeiros: A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.357	75.637	31.552	99.507
Aplicações financeiras	6	86.764	578	151.042	85.924
Contas a receber	7	72.096	38.667	213.346	174.083
Adiantamentos diversos	8	3.734	1.213	27.770	38.792
Créditos com partes relacionadas	26	9.751	9.446	9.797	9.524
Total		<u>175.702</u>	<u>125.541</u>	<u>433.507</u>	<u>407.830</u>

(c) Risco de mercado - é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

(i) Risco de câmbio - A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Sociedade realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

Adicionalmente, a controlada HSM Brasil realiza operações de "compra" de moeda a termo (*NDF - Non Deliverable Forward*), em dólares, cujo objeto de proteção refere-se à contratação de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis, e essa operação de derivativo é contabilizada no balanço da controlada da Sociedade pelo valor justo, e os ganhos ou as perdas relacionadas são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor (R\$ mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$mil)	Taxa contratada	Taxa SWAP
28/08/2015	26/08/2020	5.633	22.712	3,5600	(2.391)	2,788% a.a.	CDI + 1,00% a.a.
Total		<u>5.633</u>	<u>22.712</u>		<u>(2.391)</u>		
Ativo Circulante					(2.391)		

- (ii) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras:			
Certificado de Depósito Bancário - CDI	6	(151.042)	(85.924)
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	15	665.568	381.784
Derivativos	27.1	(2.391)	(2.751)
TJLP e TR	15	178	1.136
TFC	15	993	-
Outros (*)	15	23.728	13.877
Arrendamento direito de uso	4	555.233	-
Títulos a pagar:			
INPC	19	35.456	36.038
Média INPC/IGPM/IPCA	19	38.774	44.105
TR	19	11.860	14.567
Média IGPM/IPCA	19	3.442	4.341
IPCA	19	2.541	-
Outros (*)	19	48.475	-
Total		<u>1.232.815</u>	<u>407.173</u>

(*) Empréstimos e financiamentos sem indexador.

27.2 Gestão de capital

A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	677.356	388.401	690.466	396.797
Arrendamento direito de uso	4	2.589	-	555.233	-
Derivativos	26.1	(2.391)	(2.751)	(2.391)	(2.751)
Caixa e equivalentes de caixa	6	(3.357)	(75.637)	(31.552)	(99.507)
Aplicações financeiras	6	(86.764)	(578)	(151.042)	(85.924)
Dívida líquida		<u>587.433</u>	<u>309.435</u>	<u>1.060.714</u>	<u>208.615</u>
Patrimônio líquido	20	690.435	665.249	690.435	665.249
Índice de alavancagem financeira		<u>85%</u>	<u>47%</u>	<u>154%</u>	<u>31%</u>

27.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (Nota Explicativa nº 15.). Trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2019, foi de 4,95% (8,31%, em 31 de dezembro de 2018).

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota explicativa	Controladora			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	686.732	677.356	359.648	388.401
Arrendamento direito de uso	4	2.589	2.589	-	-
Derivativos	26.1	(2.391)	(2.391)	(2.751)	(2.751)
Total		<u>686.930</u>	<u>677.554</u>	<u>356.897</u>	<u>385.650</u>

	Nota explicativa	Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	699.914	690.466	367.698	396.797
Arrendamento direito de uso	4	555.233	555.233	-	-
Títulos a pagar	18	119.628	140.548	102.775	99.051
Derivativos	26.1	(2.391)	(2.391)	(2.751)	(2.751)
Total		1.372.384	1.383.856	467.722	493.097

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	72.096	38.667	213.346	174.083
	<u>72.096</u>	<u>38.667</u>	<u>213.346</u>	<u>174.083</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA	12	665	4.412	13.983
Aplicações financeiras (i) AAA	85.547	75.491	126.836	167.173
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA+	7	40	6.947	2.868
Aplicações financeiras (i) AA+	-	-	3.224	1.251
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) A-	4	-	211	-
Aplicações financeiras (i) A-	4.513	-	40.738	-
	<u>90.083</u>	<u>76.196</u>	<u>182.368</u>	<u>185.275</u>

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

28. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 4,40%, INPC – 4,48%, IPCA – 4,31%, IGPM – 7,32%, TJLP – 6,20%, TR – 0% e TFC 5,57%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora						
31/12/2019						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível possível (25%)	Cenário 3 remoto remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(90.061)	(3.963)	(4.953)	(5.944)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	643.045	28.294	35.367	42.441
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	22.522	991	1.239	1.486
Derivativos	CDI	Alta do CDI	(2.391)	(105)	(132)	(158)
Exposição líquida - perda			<u>573.115</u>	<u>25.217</u>	<u>31.521</u>	<u>37.825</u>
Consolidado						
31/12/2019						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(170.799)	(7.515)	(9.394)	(11.273)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	643.045	28.294	35.367	42.441
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TJLP	Alta da média	178	6	7	8
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	22.522	991	1.239	1.486
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TFC	Alta do TFC	993	55	69	83
Derivativos	CDI	Alta do CDI	(2.391)	(105)	(132)	(158)
Títulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	38.774	2.082	2.602	3.122
Títulos a pagar	INPC	Alta do INPC	35.456	1.589	1.986	2.383
Títulos a pagar	TR	Alta da TR	11.860	-	-	-
Títulos a pagar	Média IGPM/IPCA	Alta da média	3.442	200	250	300
Títulos a pagar	IPCA	Alta do IPCA	2.541	109	137	164
Exposição líquida - perda			<u>585.621</u>	<u>25.706</u>	<u>32.131</u>	<u>38.556</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos mais empréstimos do que aplicações.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI, divulgada pela Cetip; do INPC, IPCA, IGPM, divulgados pelo IBGE; TJLP, divulgada pela IDG; e da TR, divulgada pelo BACEN, consideradas pela Administração como fontes externas independentes e confiáveis.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a Administração da Sociedade contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para minimizar os impactos da variação cambial.

29. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

30. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

30.1 Transações que não afetam caixa

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram compensados valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos com créditos tributários diferidos no valor de R\$6.856 sem efeito caixa;
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, constituímos provisão para risco no valor de R\$37 garantida pelos contratos dos vendedores que preveem o ressarcimento destes valores caso a Sociedade e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos;
- (c) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi compensado o montante de R\$1.251 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa.

30.2 Atividades de financiamento

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Debitos partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento direito de uso	Derivativos
Saldo em 31/12/2018	(1.941)	(388.401)	-	2.751
Fluxo de Caixa	(14.239)	(257.381)	674	(1.344)
Varição sem Caixa:				
Varição cambial	-	(1.920)	-	1.920
Varição derivativos	-	-	-	(1.897)
Movimentação MTM	-	(961)	-	961
Juros	-	(28.693)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	(318)	-
Arrend. Direito de uso imóveis	-	-	(2.945)	-
Saldo em 31/12/2019	(16.180)	(677.356)	(2.589)	2.391

	Consolidado				
	Debitos partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento direito de uso	Derivativos	Títulos a pagar
Saldo em 31/12/2018	(10)	(396.797)	-	2.751	(99.051)
Fluxo de Caixa	1	(261.346)	117.306	(1.513)	26.274
Varição sem Caixa:					
Varição cambial	-	(1.920)	-	2.090	-
Varição derivativos	-	-	-	(1.898)	-
Movimentação MTM	-	(961)	-	961	-
Juros	-	(29.442)	-	-	(5.385)
Ajuste a valor presente	-	-	(66.511)	-	(5.200)
Investimento	-	-	-	-	(53.476)
Intangível	-	-	-	-	(3.710)
Compensação adiantamento	-	-	9.572	-	-
Arrend. Direito de uso imóveis	-	-	(615.600)	-	-
Saldo em 31/12/2019	(9)	(690.466)	(555.233)	2.391	(140.548)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Transação com Unicuritiba

Em 10 de fevereiro de 2020, a transação foi aprovada, sem restrições, pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), tendo referida decisão se tornado definitiva. Passará a ser consolidada a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Transação com Unisul

Em 20 de fevereiro de 2020, foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) parceria firmada em 13 de novembro de 2019 entre a Unisul e a controlada indireta "SOCIESC", através da qual foi concedido à Sociedade o direito de, até 4 de janeiro de 2021, após superadas algumas condições suspensivas previstas no Contrato, adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul.

Oferta Pública de Ações

Em 19 de janeiro de 2020, a reunião do Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização de oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 22.482.015 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e

desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Sociedade ("Ações"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

A quantidade de Ações inicialmente ofertada foi, a critério da Sociedade, em comum com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 35% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, 7.868.705 ações ordinárias de emissão da Sociedade, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais foram destinadas a atender ao eventual excesso de demanda constatado no momento em que foi fixado o Preço por Ação (conforme abaixo definido) ("Ações Adicionais").

A oferta constituiu na distribuição pública primária de 30.350.720 novas ações ordinárias de emissão da Sociedade, considerando as Ações Adicionais, com esforços restritos de colocação, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Ânima Holding S.A.", celebrado entre os Coordenadores da Oferta e a Sociedade ("Contrato de Colocação").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior: (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144^a, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes às alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e pela CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), ou pela Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada (Lei 4.131), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do "*Placement Facilitation Agreement*", celebrado entre a Sociedade e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional").

Em reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 29 de janeiro de 2020, foram aprovados: (i) o preço por Ação de R\$ 36,25 reais ("Preço por Ação"); (ii) o efetivo aumento de capital social da Sociedade no montante total de R\$ 1.100.214, equivalentes à emissão de 30.350.720 novas ações da Sociedade; e (iii) a homologação do aumento de Capital Social, no âmbito Oferta.

ORÇAMENTO DE CAPITAL 2020

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2020, cujo valor proposto é de R\$ 214.146.000,00 (Duzentos e quatorze milhões, cento e quarente e seis mil reais). Será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:

Reserva para pagamento de partes dos Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	97.346.000,00
Investimentos em Expansão e Manutenção	<u>116.800.000,00</u>
	214.146.000,00

Com relação a Investimentos em Expansão e Manutenção, o orçamento de capital apresentado está substancialmente direcionado a quatro principais grupos de iniciativas: a) investimentos nas estruturas de nossas unidades maduras visando à manutenção da qualidade de nossas instalações; b) mudanças no portfólio de cursos que demandam novas estruturas pedagógicas e laboratoriais; c) plano de expansão nas novas unidades inauguradas em 2019; e d) investimentos relacionados a projetos de Transformação Digital, focados sobretudo em alcançar melhorias nos processos de prestação de serviços ao aluno.

Fontes de Recursos Previstas:

- Os lucros retidos no montante de R\$ 214.146.000,00 (Duzentos e quatorze milhões, cento e quarenta e seis mil reais), sendo:

Absorção do prejuízo do exercício	(9.593.000,00)
Retenção de lucros de exercícios anteriores	229.309.000,00
Dividendos prescritos	6.000,00
(-) Cancelamento de ações ordinárias	<u>(5.576.000,00)</u>
	<u>214.146.000,00</u>

Prazo: até 1 ano

Ânima Holding S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 09.288.252/0001-32

NIRE 35300350430

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A.** (“**Companhia**”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; ii) a Proposta de Distribuição de Dividendo; e iii) a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2020. Com base nos exames efetuados, e considerando ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 10 de março de 2020, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos e propostas estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.


São Paulo, 10 de março de 2020.



Carla Alessandra Trematore
Presidente do Conselho Fiscal



Sandra Carusi Guida de Souza
Conselheira



Guillermo Oscar Braunbeck
Conselheiro